

Que venham, mas pagando as despesas... *Divida externa*

A partir da gestão de Dílson Fumero na pasta da Fazenda, retirou-se aos economistas do FMI que nos têm visitado o direito a carros oficiais, ficando portanto por sua conta os encargos de transporte. Agora, comunicou-se aos bancos credores, convidados a enviar ao País delegação destinada a esclarecer nossas autoridades quanto a sugestões relacionadas com o problema da nossa dívida externa e ao que têm feito nesse particular em outros países devedores, que deverão arcar com todas as despesas decorrentes dessa missão informativa. Afortunadamente (para os convidados), entregou-se a um diplomata a negociação da dívida externa nacional; assim não fosse, correriam o risco de pagar, por hora, as informações que o Brasil lhes solicita.

Ao incluir no seu telex-convite esse pormenor "financeiro", não pretendeu o Executivo apenas mostrar que atravessamos um período de austeridade, mas ainda dar a entender, claramente, que o nosso relacionamento com os credores mudou, a ponto de nos abalancarmos, agora, a ditar as regras, após um ano de insolvência nestes dias transmutada em insolência...

Isso esclarecido, dá-se aos nossos infelizes convidados um sinal de que finalmente estamos pron-

tos a discutir um assunto que parecia até aqui relegado ao esquecimento, não obstante as recentes declarações de que tais entendimentos só poderiam ser iniciados uma vez concluídas as negociações com o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris. Resta ainda aos convidados-pagantes o consolo de verificar que estamos, finalmente, reconhecendo a existência de um problema que requer solução...

Sabendo-se que o embaixador extraordinário para a negociação da dívida externa, Jório Dauster, fez diversas viagens ao Exterior para coleta de informações, pode-se estranhar que esteja convidando os 30 principais credores do Brasil para uma visita meramente informativa. O telex enviado aos bancos estrangeiros explicita, claramente, o que nosso embaixador deseja saber: "1) Tipos de instrumentos ou técnicas que, à luz da evolução recente no mercado internacional, sua instituição consideraria para fins de aplicação ao caso brasileiro; 2) O tratamento regulatório contábil e fiscal aplicado às escolhas feitas por sua instituição em outras instâncias e o possível impacto desse tratamento nas suas preferências relativas ao caso brasileiro; 3) As formas de procedimento mais eficientes para a negociação de uma solução mutuamente satisfatória

para o Brasil e os bancos credores". A leitura do telex evidencia, por um lado, que o nosso representante não aproveitou à altura suas viagens de informações, indicando, por outro, que somos nós os que desejamos ser informados (porquanto não se trata de uma negociação nem de uma preliminar), o que certamente nos obrigaria ao pagamento das despesas.

Na realidade, o governo brasileiro, com essa iniciativa, está testando a reação dos bancos diante de uma eventual negociação fora do Comitê de Assessoramento dos credores. Seu objetivo é o de enfraquecer o comitê e verificar se existem, entre os bancos, alguns dissidentes que permitam ao Brasil dividir para reinar...

Corre-se sério risco, uma vez que os credores podem optar pela ausência, pelo envio de um funcionário de terceira categoria ou, simplesmente, encaminhar ao Brasil um relatório escrito com suas opiniões.

Temos suficientes informações no Brasil sobre o que pensam os bancos credores e não nos faltam documentos relativos à questão, aliás já analisada com perspicácia por não poucos especialistas brasileiros. Não precisava o País fazer tal convite e de modo tão grosseiro e ridículo. Seria, aliás, muito mais eficiente uma conversa com outros países deve-

dores (México, Chile, etc...), os quais, no quadro da estrutura existente, resolveram a contento seus problemas da dívida externa. Mas, naturalmente, não podíamos esperar que viessem para nos informar à sua custa.

Pode-se abrigar outra interpretação para o convite formulado aos 30 maiores credores: o Brasil procura ganhar tempo e dar sinais de que começa a reconhecer que até agora conduziu muito mal a renegociação. A cada dia, verifica o nosso governo que, à falta de solução para o problema da dívida externa, se acumularão as dificuldades: a privatização não se fará sem a ajuda dos bancos credores; a nova política industrial, com a abertura dos portos, somente terá significação se houver financiamentos para importar máquinas (caso contrário levará apenas à eliminação da indústria nacional) e somente com capitais estrangeiros poderemos sair mais rapidamente da recessão. Os acontecimentos do Oriente Médio nos colocam diante de novo desafio. O boicote econômico nos afetará duramente: seria entretanto possível negociar as perdas a sofrer. Mas, para tanto, precisamos mostrar que somos realmente membros da comunidade financeira internacional e sabemos respeitar o código de conduta que ela impõe...